

Cativos no Sul de Minas Gerais: Aiuruoca nos últimos anos da escravidão*

Slaves in the South of Minas Gerais: Aiuruoca in the last years of slavery

Paula Chaves Teixeira Pinto e Renato Leite Marcondes**

Resumo: A escravidão no Sul de Minas Gerais concentrou-se nas atividades para o mercado interno, muitas vezes destinadas à província do Rio de Janeiro. Aiuruoca consistia num elo dessa rede de abastecimento regional. Essas atividades empregavam grandes contingentes de cativos, mas pouco se conhece da escravidão no município. O objetivo do artigo consiste em compreender o perfil dos cativos e de sua propriedade, bem como analisar algumas trajetórias na luta pela liberdade nas últimas décadas da escravidão em Aiuruoca. Lançamos mão de diferentes fontes primárias, algumas das quais inéditas: o censo de 1872, as listas de matrícula apensadas aos inventários e as listas de classificação dos escravos de 1874 a 1880. Para melhor entender o perfil da população escravizada na década de 1870 utilizamos de forma comparativa as listas nominativas de 1830.

Palavras-chave: Escravidão. Minas Gerais. Demografia escrava. Posse de cativos.

Abstract: Slavery in the South of Minas Gerais was concentrated in the activity at the domestic market, especially for the province of Rio de Janeiro. Aiuruoca was a link in this regional trade network. These activities employed large contingents of captives, but little is known about slavery in the municipality. The objective is to understand the profile of the captives and their property, as well as to analyze some trajectories in the struggle for freedom in the last decades of slavery in Aiuruoca. We use different primary sources, some of them new: the 1872 census, the post-mortem inventories and the slaves' classification lists for freedom from 1874 to 1880. To understand the evolution of the profile of the slaved population in the 1870s, we use the nominative lists from 1830.

Keywords: Slavery. Minas Gerais. Slave Demography. Slaveholding.

JEL: N56.

* Submissão: 07/10/2021 | Aprovação: 14/08/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i3.834

** Respectivamente: (1) Departamento de Economia da FEA/USP, campus de Ribeirão Preto | ORCID: 0000-0002-4994-8252 | E-mail: paulinhact@yahoo.com.br | (2) Departamento de Economia da FEA/USP, campus de Ribeirão Preto | ORCID: 0000-0002-7002-621X | E-mail: rlmrcon@usp.br



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

O Sul de Minas Gerais constituiu parte central na reorganização da economia mineira no século XIX (Lenharo, 1979; Martins, 1982; Slenes, 1985; Graça Filho, 2002).¹ Não apenas devido à produção de mercadorias destinadas ao mercado interno ou à exportação, mas também na distribuição dos produtos oriundos de outras áreas mineiras e até mesmo da província de Goiás e do norte de São Paulo. Afora as rotas pela Zona da Mata, os caminhos para o Rio de Janeiro passavam pelo Sul de Minas, demandando recursos do governo provincial para sua manutenção e abertura de novas estradas (Barbosa; Godoy, 2014). Até a década de 1870, a produção do café do sul de Minas não tinha alcançado parcela expressiva no conjunto da província, que se concentrava, majoritariamente, na Zona da Mata.

Destarte, a escravidão no Sul de Minas Gerais centrou-se nas atividades para o mercado interno, muitas vezes destinadas à província do Rio de Janeiro e, em menor monta, à de São Paulo (Andrade, 2008; Graça Filho, 2002; Teixeira, 2006). Aiuruoca consistia num elo dessa rede de abastecimento regional na divisa com a província do Rio de Janeiro. Nessas ocupações empregavam-se grandes contingentes de mão de obra cativa, porém não são conhecidos o perfil demográfico, a posse e a trajetória desses escravizados nos últimos anos de escravidão no município. Assim, a história dos escravizados dessa região mineira após 1870 revela-se pouco explorada pela literatura.

As décadas de 1870 e 1880 foram anos agitados em função das políticas emancipacionistas e abolicionistas da escravidão brasileira e as formas de transição da mão de obra. À medida que avançava a legislação que desnudava o direito privado dos escravistas, com a codificação do sistema escravista por meio de leis e decretos, as engrenagens criadas em deferimento à força da escravidão, que mantinham pessoas em situação de cativo, desfaziam-se (Chalhoub, 2012). E quanto mais progredia esse processo, sobretudo após a Lei do Ventre Livre, embora poucas vozes ainda se levantassem em defesa da escravidão, políticas públicas e estratégias privadas eram acionadas em defesa do direito de propriedade dos senhores e na busca por controle da transformação do trabalho, principalmente para se evitar o fantasma da desordem (Mattos, 2013).

No Sudeste do país, o final da escravidão foi marcado pelo crescimento do movimento abolicionista urbano, pelo aumento das fugas escravas e da

¹ Consideramos como Sul de Minas aproximadamente a região mineira da bacia hidrográfica do Rio Grande até a Serra da Canastra (ver Figura 1). Paiva e Godoy (2002) propõem uma regionalização de Minas Gerais para a década de 1830, na qual Aiuruoca situa-se na região Sudeste.

criminalidade dos mancipios contra seus senhores e prepostos (Machado, 2010; Luna; Klein, 2010). A situação mostrava-se melindrosa e a legitimidade do sistema desaguava com o conluio entre os escravizados foragidos, os libertos e os homens livres nas cidades e pelos caminhos rumo à liberdade (Machado, 2010; Mamigonian, 2017). Em Minas Gerais, embora não possamos mensurar o impacto do abolicionismo numa perspectiva homogênea, o final da escravidão foi sentido em suas nuances regionais. Em Juiz de Fora, distrito cafeeiro da Zona da Mata, Guimarães (2005) destacou que a ação de cativos em prol de suas liberdades estava estampada nos jornais, trazendo como notícias as fugas individuais ou em pequenos grupos, assassinatos de feitores e senhores, denúncias de maus tratos contra cativos e suicídio dos escravizados, além de processos de ação de liberdade. Enquanto isso, em São João del Rei, cabeça da comarca do Rio das Mortes, na década de 1880 o debate acerca da abolição crescia nos jornais locais, agitando a população especialmente na polarização entre o direito de liberdade dos cativos e de propriedade dos senhores (Silva, 2011). Segundo Denílson C. Silva (2011), a tentativa de fundação de um clube abolicionista na cidade foi um momento tenso na localidade que, ao lado do crescimento de ações judiciais de liberdade, completava o cenário do debate sobre a crise do escravismo e os processos de reconfiguração das relações de poder e trabalho na região. Enfim, marcado por muita agitação e debates públicos acerca do destino do escravismo, em Minas Gerais a perda da legitimidade do sistema era acompanhada pela defesa dos direitos senhoriais de propriedade e indenização.

O objetivo do artigo consiste em compreender o perfil dos escravos e de sua propriedade, bem como analisar algumas trajetórias desses escravizados nas últimas décadas da escravidão em Aiuruoca. Ao longo do tempo, a documentação do município dispersou-se em diferentes arquivos, dificultando a localização e o acesso. Desse modo, lançamos mão de diferentes fontes primárias, algumas das quais inéditas, para suprir lacunas: o censo de 1872, as listas de matrícula apensadas aos inventários *post-mortem* e as listas de classificação dos escravos de 1874 a 1880.² Utilizamos de forma comparativa a análise demográfica da lista nominativa de Aiuruoca para a década de 1830.³ O cruza-

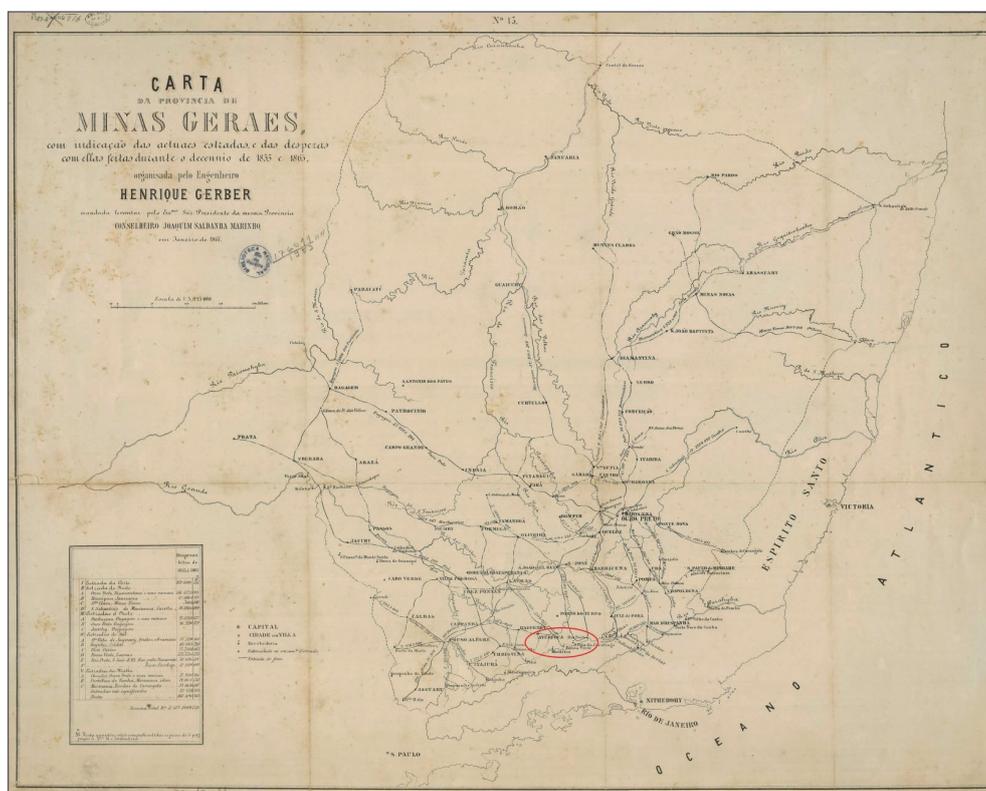
² As publicações do censo de 1872 encontram-se na Biblioteca do IBGE; o livro de classificação dos escravos de Aiuruoca, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais; e as listas de matrícula dos escravos nos processos de inventários *post-mortem* de Aiuruoca, depositados no Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN de São João Del Rei.

³ As listas nominativas de habitantes da década de 1830 foram disponibilizadas pelo Cedeplar/UFMG no link: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>>.

mento dos inventários e das listas de classificação permitiram reconstruir algumas trajetórias dos escravizados e libertos entre os momentos de elaboração dos documentos. A reconstrução da população escrava nas décadas de 1870 e 1880 por meio de fontes de natureza distinta abarcando diferentes parcelas desse contingente possibilita entender melhor a sociedade escravista do sul de Minas.

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira seção apresentamos o desenvolvimento demográfico e econômico do município de Aiuruoca ao longo do século XIX, destacando a economia regional e o abastecimento interno do Brasil. Na segunda seção, concentramos a análise no perfil demográfico dos escravos a partir das listas nominativas da década de 1830, enfatizando a propriedade escrava. Adiante, discutimos o perfil da população escravizada no censo de 1872. Na seção seguinte, analisamos os escravizados apensados aos inventários das décadas de 1870 e 1880, destacando a posse de cativos. Por fim, na última seção, reconstituímos algumas trajetórias dos escravos a partir do cruzamento das informações das listas de classificação para a libertação e os inventários, salientando as relações familiares e a busca pela liberdade.

Figura 1 – Aiuruoca e o Sul de Minas Gerais



Fonte: Gerber (1867).

1. Aiuruoca

A freguesia de Aiuruoca foi fundada em 1724 por conta da exploração aurífera. A partir da chegada da Corte, o trânsito de mercadorias para a praça carioca dinamizou a região, principalmente por meio da oferta de toucinho, gado vacum e fumo.⁴ Aiuruoca elevou-se a vila em 1834, desmembrada de Baependi e instalada no ano seguinte. Segundo Saint-Adolphe (2014, p. 55), a localidade compreendia, no início da década de 1840, “doze mil habitantes dados à agricultura e à criação de porcos, que levam aos mercados do Rio de Janeiro”. Posteriormente, Tschudi (1998) estimou a população em cerca de 18 mil habitantes ao final da década de 1850, destacando também a produção de suínos no município. Já na década de 1870, o Auxiliador da Indústria Nacional apontava o cultivo do milho, feijão, arroz, cana, fumo e mandioca, bem como a criação de gado vacum, cavalariço e suíno. Dessa produção, exportava-se toucinho, gado, fumo e queijos (Moreira, 1871). Por fim, José Joaquim da Silva descreveu a exportação da cidade de Aiuruoca, como “muito fumo, toucinho, queijos superiores, mantimentos, bois e porcos” (Silva, 1878, p. 118). No censo de 1872, o município contava com quase 17 mil habitantes.⁵

O município contava com uma extensa divisa com a província do Rio de Janeiro e diversos caminhos e arrecadações de impostos: Rio Preto, Bocaina e Carrijo. A construção da estrada do Passa-Vinte na década de 1850 criou um caminho mais curto para o Rio de Janeiro. A abertura dessa importante estrada de escoamento da produção viabilizou a criação de novos distritos nesse momento: Alagoa e Livramento em 1855 e Bocaina em 1858. A arrecadação do Passa-Vinte começou a funcionar em 1858/1859, passando a povoação à condição de distrito em 1873.⁶ Essa era a segunda arrecadação em termos de arrecadação da região do Sul de Minas, atingindo 99 contos de réis no exercício de 1871-1872 (Veiga, 1874).⁷

Esses caminhos tornaram-se via relevante de exportação de produtos para a praça carioca, principalmente oriundos do sul de Minas. De acordo

⁴ A arrecadação de Rio Preto de Aiuruoca exportou, entre 1818 e 1828, toucinho (31,6%), gado vacum (22,7%) e fumo (15,7%). A média anual de exportação de cabeças de gado solto alcançou, nesse período, 25.185 animais, dos quais 46,5% de bovinos e 46,2% de suínos (Restitutti, 2006).

⁵ No censo de 1872, o município de Aiuruoca compreendia as seguintes freguesias: Conceição de Aiuruoca, Rosário da Alagoa, Bom Sucesso dos Serranos, São Domingos da Bocaina e Bom Jesus do Livramento.

⁶ A arrecadação da Bocaina foi extinta em razão do novo caminho. Ver Restitutti (2006).

⁷ As estradas demandavam constante manutenção por parte do governo da província. Jornais fluminenses reclamavam recorrentemente das condições da estrada no início da década de 1870 (*A Reforma* de 24 de março de 1870, p. 3; de 8 de agosto de 1872, p. 3). O descaso com a rodovia do Passa-Vinte favorecia a concorrente do Picú, que corria em paralelo mais próxima à província de São Paulo.

com Cristiano Restitutti (2006), Aiuruoca constituía um elo importante da rede de abastecimento para o Rio de Janeiro entre 1858 e 1884, principalmente de boiadas, toucinho, fumo e queijos.⁸ Embora pouco exportasse café, esse trecho da divisa representou 6,6% das exportações mineiras em 1871/1875 (Restitutti, 2006). Aiuruoca consistia no sexto segmento mais importante em termos das exportações de toda a província nesse momento. De 1871 a 1884, Aiuruoca foi o principal segmento da fronteira de exportação de bovinos da província de Minas Gerais, respondendo por muitas vezes mais da metade do total (Restitutti, 2006). Por outro lado, a atividade agrária do município concentrou-se na plantação de fumo e criação de gado no início da década de 1870 (Veiga, 1874).

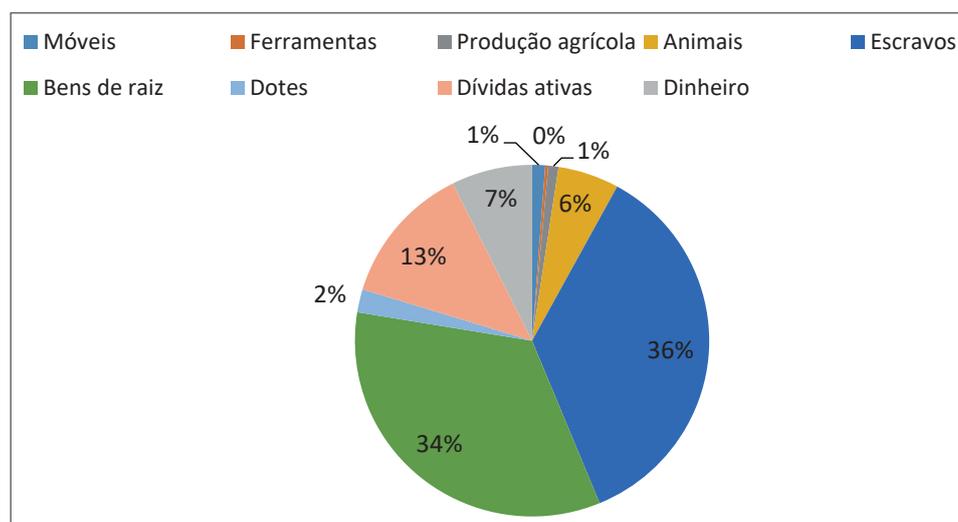
Para o ano de 1870, o Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais apresentou informações acerca do município de Aiuruoca. Com ênfase na estrutura econômica, a municipalidade mantinha uma estrutura diversificada, associando atividades agrícolas e pecuária às atividades voltadas para o comércio, com a presença de capitalistas e negociantes, de ofícios mecânicos e da produção têxtil. Foram destacados 127 fazendeiros importantes, 46 negociantes de secos e molhados e quatro capitalistas (Martins, 1870). A partir de dados fragmentados sobre os distritos que compuseram o município de Aiuruoca, computamos haver 1.338 casas, 350 estabelecimentos agrícolas (fazendas de cultura) e 135 fazendas de criar. Por fim, dispomos para apenas um único distrito a estimativa acerca do rendimento do comércio de animais (vacum, cavalari e “ovelhum”), que rendia, anualmente, o lucro de 18 a 19 contos de réis (Martins, 1870). Já para o ano de 1875, de acordo com as estatísticas do sul de Minas apresentadas no Almanaque Laemmert, em Aiuruoca existiam 18 engenhos de cana e 3 de serra, além 139 fazendeiros, 63 negociantes e 9 capitalistas, 96 artistas e oficiais no município (Laemmert, 1875).

Para as duas últimas décadas da escravidão, contamos com 42 inventários *post-mortem* de residentes no município do Aiuruoca. Nesse universo, temos 24 processos de inventários para a década de 1870 e 18 para a década seguinte até o ano da abolição da escravidão. A partir dos dados coligidos, o somatório dos montes-mor em todo o período acumulou 1.149 contos de réis. Os principais ativos na riqueza foram os escravizados (35,6%), bens de raiz principalmente rurais (33,7%), dívidas ativas (12,8%), dinheiro e apólices

⁸ Os bovinos responderam por 72,6% das exportações da recebedoria de Passa-Vinte, toucinho 12,3% e fumo 5,1% entre 1858 e 1884 (Restitutti, 2006). As demais recebedorias de Aiuruoca pouco operaram nesse período.

(7,3%) e animais (5,7%).⁹ Apesar de a produção agrícola representar um ponto percentual dos bens arrolados nos inventários, deparamo-nos com uma sociedade rural, sustentada em atividades agrárias escravistas. O Gráfico 1, a composição da riqueza nos inventários de Aiuruoca, realça o perfil agrário dessa sociedade que, estada nos ativos escravos, terras, animais e produção agrícola, somou pouco mais de 75% do patrimônio acumulado.

Gráfico 1 – Composição da riqueza nos inventários de Aiuruoca (1870-1888)



Fonte: Inventários *post-mortem* (1871-1888).

As dívidas passivas presentes nos inventários somaram 101 contos de réis, representando 8,9% do somatório dos montes-mor. Os empréstimos dos inventariados foram encontrados em vinte e seis inventários (61,9% do total). Nesses 26 inventários, as dívidas passivas perfizeram 13,9% dos montes-mor. De forma paralela, as dívidas ativas (a receber) somaram 148 contos de réis em 20 inventários (47,6%). Assim, notamos uma concentração maior das dívidas ativas em relação às passivas.

A partir dos inventários, podemos captar as atividades criatórias no município de Aiuruoca. Os animais representaram 5,7% da fortuna acumulada nos montes-mor, somando aproximadamente 64 contos de réis. Eles dividiam-se em gado vacum, muar, cavalar, suínos e ovinos. O gado vacum foi a criação mais praticada pelos inventariados (69,1% do total), somando

⁹ Rita Almico (2001) verificou para Juiz de Fora no período 1870-1888 que os escravos representavam 24,8% da riqueza, terras 16,2%, café 16,3%, dívidas ativas 17,4% e animais 2,4%. Notamos para Aiuruoca uma porcentagem muito menor em café e maior em animais, escravos e bens de raiz.

1.195 cabeças e representando 55,1% do valor dos rebanhos inventariados. A distribuição desses animais por proprietários alcançou a média de 41,2, destacando a região como um dos polos criatórios de bovinos no Sul de Minas.¹⁰

Em termos de valores atribuídos aos rebanhos, os muares foram o segundo grupo que mais acumulou riqueza nos inventários (28,9%), seguido pelo gado cavalari (10,2%) e suínos (5,3%). Os ovinos representaram pequena parcela do patrimônio em rebanho (0,5%). Mais da metade dos inventariados apresentaram animais muares e cavalares (59,5%), porém uma posse média de apenas 5,6 e 7,3, respectivamente. Para os suínos houve uma grande concentração em poucos criadores (21,4% dos inventariados). O casal Alferes Francisco Antônio Diniz e dona Generosa Maria do Carmo e João Ciríaco de Sousa Meireles foram os maiores criadores de suínos nos inventários analisados, além de se destacarem na criação de bovinos, sinalizando a concentração da atividade no município. O casal Alferes Francisco e dona Generosa, em 1876, possuía 158 cabeças de gado bovino, 114 suínos, 20 muares, 13 equinos e 20 ovinos. João Ciríaco, em 1882, tinha seu rebanho formado por 233 bovinos, 110 suínos, 13 muares, 13 equinos e 9 ovinos. Os animais somaram 4,7% do monte-mor do inventário do casal Alferes Francisco e dona Generosa e 12,4% do monte-mor de João Ciríaco.

Os números da pecuária em Aiuruoca são demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Rebanhos nos inventários de Aiuruoca (1871-1888)

Rebanho	Nº de animais	Nº de proprietários	Média de posse	% da riqueza em rebanhos
Bovinos	1195	29	41,2	55,1
Muares	226	25	5,6	28,9
Cavalari	184	25	7,3	10,2
Suínos	304	9	33,7	5,3
Ovinos	137	11	12,4	0,5
Total	2046	99	-	100,0

Fonte: Inventários *post-mortem* (1871-1888).

¹⁰ Para efeito de comparação, no termo de Campanha, também no sul de Minas foi encontrada a média de 77 bovinos por fazenda no período entre 1850 e 1867 (Andrade, 2008), enquanto para o termo de Alfenas, entre os anos de 1855 e 1890, a média foi de 17,3 animais por proprietário (Martins; Souza, 2012). Já para a comarca do Rio das Mortes, numa região cuja economia esteve fortemente ligada ao abastecimento da praça do Rio de Janeiro, foi observado para o distrito da Lage a média de 52,8 animais por unidade produtiva, entre os anos de 1850 e 1870 (Pinto, 2018).

A produção agrícola das fazendas do município foi destacada em apenas 15 inventários (35,7% do total). Creditamos a reduzida incidência de informações sobre as produções agrícolas às características temporárias das culturas. As plantações formaram 1% do somatório de todos os montes-mor, compreendendo os produtos típicos de mercado interno (feijão, milho e arroz) e plantações de fumo e café. Esses dois últimos cultivos foram declarados em três inventários cada um, cabendo mencionar que não houve coincidência dos cultivos entre os fazendeiros. Embora subestimado nos inventários, o fumo somou 153 arrobas, avaliadas em 661 mil réis (6,8% do valor total da produção agrícola).¹¹ Quanto ao café, foram arrolados cinco cafezais com avaliações distintas em função da qualidade das plantas, somando no total apenas 9.800 pés de café em Aiuruoca, avaliados em 1.285 mil réis (13,2% do valor total da produção agrícola). Por fim, feijão, milho e arroz representaram quatro quintos do valor total da produção. Apesar das reduzidas informações nos inventários, esses resultados corroboram as descrições de memorialistas e dos almanaques da época.

Ainda nossos dados permitem vislumbrar movimentos migratórios dos inventariados que impactaram nos seus escravizados. As atividades agrícolas mencionadas nos inventários revelam os vínculos dos residentes no município com o abastecimento interno e mais que isso; em alguns arrolamentos, podemos verificar a movimentação familiar para as regiões do Vale do Paraíba fluminense e para a Corte, para a região do Triângulo mineiro e o norte da província de São Paulo.¹² Destacamos que alguns dos inventariados eram proprietários fundiários e de casas de moradas no Vale do Paraíba fluminense, bens que foram adjudicados nos processos conformando a riqueza dos aiuruoquenses.

No relatório do Ministério dos Negócios do Império de 1876, informações de alterações nas matrículas dos escravos entre abril de 1872 e dezembro de 1875 foram noticiadas. Para Aiuruoca, a população escravizada sofreu um decréscimo, de 4.088 matriculados e entrados em 1872, passou a 3.752 cativos em 1875. Tal movimento decorreu de 181 mortes, 18 manumissões e 137 emigrados do município. A reduzida manumissão e até mesmo a contribuição das saídas dos cativos para outras regiões diminuiu um pouco a população escravizada no município. No entanto, as evidências reunidas

¹¹ As plantações temporárias não eram registradas regularmente nos processos de inventários, ao contrário das permanentes. Havia apenas o registro dos produtos colhidos armazenados na propriedade.

¹² Em doze inventários houve a referência de emigração de herdeiros para as áreas supracitadas.

nesta seção sinalizam a expansão das atividades econômicas em Aiuruoca durante a década de 1870, revelando tratar-se de uma economia dinâmica articulada à rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro no século XIX.

2. Escravos na década de 1830

A vila de Aiuruoca detinha, de acordo com as listas nominativas, na década de 1830, um contingente escravizado de quase três mil pessoas, que representavam mais de um terço do total de habitantes da paróquia (36,8%).¹³ Como podemos observar na Tabela 2, havia uma predominância numérica dos homens, atingindo uma razão de sexo de 135. Quase quatro quintos dos escravos eram solteiros, mas os casados perfaziam cerca de um quinto do total. De outro lado, os africanos respondiam por uma parcela expressiva dos escravos nesse momento, pouco mais de um terço do total (35,3%). Como já apontado na literatura, a razão de sexo desse subgrupo cativo mostrou-se bastante elevada (223). Ainda havia, entre os livres, 164 forros nesse momento, dos quais a maioria era de mulheres (54,8%). Outrossim, entre os libertos, havia 52 africanos (31,7%).

Tabela 2 –Escravos segundo sexo, estado conjugal e nacionalidade (década de 1830)

Variável	Homens	Mulheres	Total	%	Razão de sexo
Estado conjugal					
Solteiros	1.371	944	2.315	78,8%	145
Casados	294	295	589	20,1%	100
Viúvos	19	13	32	1,1%	146
Total	1.684	1.252	2.936	100,0%	135
Nacionalidade					
Africanos	716	321	1.037	35,3%	223

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – Cedeplar/UFMG.

Houve um grande sub-registro das ocupações dos escravos, apenas um quinto deles apresentava a informação. Os lavradores e, secundariamente, tropeiros eram a grande maioria entre os homens e as fiandeiras, costureiras

¹³ A partir das listas, selecionamos os distritos de paz que compuseram o território abarcado pelo município de Aiuruoca na década de 1870. Não incluímos, na década de 1830, Turvo, São Vicente, Bom Jardim e a cabeceira do Rio Grande. Assim, pretendemos manter a comparabilidade das populações escravas da década de 1830 com as da de 1870.

e cozinheiras consistiam nas atividades mais frequentes das mulheres. De outro lado, em termos das idades, notamos uma presença elevada de crianças até 14 anos (35,6%).¹⁴ Os idosos de 50 anos ou mais perfaziam somente 6,3% do total. Para avaliar a fecundidade dos escravizados utilizamos a razão criança (de 0 a 9 anos) mulher em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos), que atingiu 882.¹⁵

Dos pouco mais de mil domicílios, mais da metade não possuíam escravos (63,2%). O restante distribuiu-se nas faixas de tamanho de plantel, como apresentado na Tabela 3. Pouco mais de um quinto dos proprietários detinham apenas um único escravo, porém os escravos deles representavam somente três pontos percentuais do total cativo. De outro lado, os quatro maiores escravistas possuíam quase um décimo do total de escravos, embora eles fossem apenas um ponto porcentual dos proprietários. Metade dos escravos encontrava-se em posses de 11 a 40 cativos. Por fim, o número médio de escravos chegou a 7,1.¹⁶

Tabela 3 – Estrutura da posse de cativos (década de 1830)

FTP*	Proprietários		Escravos	
	Número	%	Número	%
1	86	20,9%	86	2,9%
2 a 5	171	41,6%	562	19,1%
6 a 10	73	17,8%	532	18,1%
11 a 20	51	12,4%	733	25,0%
21 a 40	26	6,3%	754	25,7%
41 ou mais	4	1,0%	269	9,2%
Total	411	100,0%	2.936	100,0%

* FTP: Faixa de tamanho dos plantéis.

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica – Cedeplar/UFMG.

3. Escravos recenseados nos primeiros anos da década de 1870

A população escrava de Aiuruoca cresceu entre a década de 1830 e o

¹⁴ Havia ainda três escravos sem informação de idades.

¹⁵ Luna e Klein (2004) calcularam para um conjunto maior da província de Minas Gerais nessa década uma razão criança/mulher um pouco superior, de 989.

¹⁶ Luna e Klein (2004) chegaram a uma média de 6,6 para Minas Gerais, ou seja, um pouco inferior à de Aiuruoca.

recenseamento de 1872, porém ocorreu uma retração da participação dos escravizados na população em decorrência do maior crescimento dos livres (21,4%). O contingente cativo alcançou um total de 3.564 pessoas nessa última data. Segundo Silva (1878), o número de escravos matriculados na coletoria era coincidente ao do censo.¹⁷ Nesse período, o crescimento populacional atingiu 21,4%, possivelmente refletindo o crescente dinamismo do trânsito de mercadorias pelo município e sua produção própria que deve ter aumentado. Essa dinâmica mostrou-se provavelmente um pouco menor do conjunto da província.¹⁸

Na Tabela 4, podemos observar as alterações para a década de 1870 em relação ao perfil dos escravizados na década de 1830. Nesse período, houve uma redução drástica da presença de africanos e um maior equilíbrio numérico entre os sexos.¹⁹ A razão de sexo desse último contingente mostrou-se menor do que o total dos escravizados. A retração dos africanos decorreu das restrições ao tráfico Atlântico, mas também da maior mortalidade, liberdade e provavelmente da emigração para outras áreas. Um dos resultados mais destacados é a elevada razão de sexo entre os casados, salientando a existência de cônjuges femininos libertos. De forma mais atenuada, isso ocorreu para os africanos, solteiros e viúvos. A maior liberdade das mulheres mantinha no cativeiro proporcionalmente mais homens. Por fim, o estado conjugal de casado e viúvo também se reduziu, em favor dos solteiros.

Tabela 4 – Escravos segundo sexo, estado conjugal e nacionalidade (1872)

Variável	Homens	Mulheres	Total	%	Razão de sexo
Estado conjugal					
Solteiros	1.664	1.453	3.117	87,5%	115
Casados	196	139	335	9,4%	141
Viúvos	66	46	112	3,1%	143
Total	1.926	1.638	3.564	100%	118
Nacionalidade					
Africanos	120	105	225	6,3%	114

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872.

¹⁷ O fundo de emancipação detinha sete contos de réis e o número de ingênuos de três freguesias alcançava 453 pessoas até 31 de dezembro de 1876, mas já tinham falecido 118 (Silva, 1878).

¹⁸ Se utilizarmos a estimativa de Rodarte *et al.* (2016) da província de Minas Gerais para 1838, verificamos que a população escrava mineira cresceu de 284 mil pessoas para 382 mil no censo de 1872, perfazendo um crescimento de 34,5%.

¹⁹ A matrícula dos escravos efetuada em momento próximo ao censo reportou pouco mais de quatro mil escravos e apontou um maior equilíbrio numérico entre os sexos, atingindo 114.

As ocupações dos escravos continuavam semelhantes às da década de 1830, predominando numericamente os lavradores (43,8%), serviço doméstico (38,5%), costureiras (10,0%) e criados e jornaleiros (7,6%).²⁰ Se todas as costureiras eram mulheres, havia maior número de homens entre os lavradores e criados e jornaleiros. Notamos quase um equilíbrio numérico entre os trabalhadores do serviço doméstico. De outro lado, as crianças até 15 anos perfaziam 23,8%, retraindo sua participação em comparação com o censo de 1830. Enquanto os idosos com 51 ou mais anos representaram 14,0%, elevando a sua participação relativamente à data do outro levantamento demográfico. Isso apontou para o envelhecimento da população escravizada. Por fim, a capacidade reprodutiva dos escravizados revelou-se possivelmente menor, pois a razão criança de 0 a 10 anos sobre as mulheres de 16 a 50 anos foi de apenas 555.

4. Escravizados nos inventários de Aiuruoca

Trinta e cinco inventários apresentaram os escravos entre suas posses (83,3% do total), demonstrando a relevância da utilização dessa força de trabalho pelos inventariados. Os cativos somaram 391 almas,²¹ sendo 186 homens e 114 mulheres (acima de 15 anos) e 91 crianças (de 0 a 14 anos). Os ingênuos importaram 77 almas. Nesse universo, os escravos crioulos representaram a grande maioria dos escravizados, enquanto os africanos perfizeram apenas 10,7%. Entre esses últimos, apesar de o reduzido número de observações, a razão de sexo atingiu o valor 500. Para o total da escravaria, essa razão chegou a 149, revelando-se um pouco menor que os resultados obtidos por Afonso Graça Filho (2002) para São João Del Rei.²² Por sua vez, a partir de dados agregados de cinco municipalidades mineiras,²³ Laird Bergad (2004) observou a tendência ao equilíbrio numérico entre os sexos para os cativos inventariados no século XIX. Apesar da retração, os homens ainda continuavam mais

²⁰ Apesar de não efetuarmos as correções propostas por Rodarte e Santos Jr. (2008) para a estrutura ocupacional, os resultados apontados por eles para os escravos de Minas Gerais também mostraram a predominância de profissões agrícolas (45,5%) e, em seguida, do serviço doméstico (32,5%).

²¹ 9,6% dos escravos matriculados.

²² Graça Filho (2002, p. 221), para São João Del Rei, entre 1850 e 1888, pontua elevada razão de sexo entre os escravos africanos inventariados, que alcançou a cifra de 386. Já para o conjunto total da população escrava, a razão de sexo, no recorte de 1850 e 1888, foi de 174.

²³ O autor trabalhou com os inventários das cinco localidades: Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei, São José Del Rei e Diamantina.

numerosos que as mulheres até a abolição, alcançando a razão de sexo a cifra de 131 nas duas últimas décadas da escravidão (Bergad, 2004).

A partir dos dados disponíveis para a população escrava de Aiuruoca recolhidos nos inventários para o período entre 1871 e 1888, montamos a Tabela 5. Apesar da elevada ausência da informação de estado conjugal dos cativos acima de 15 anos (25,6%), observamos que a maior parte da população escrava de Aiuruoca era solteira. Por outro lado, os casados conformaram quase um quinto da população cativa e os viúvos eram o menor grupo (3,1%). A razão de sexo entre os escravizados variou bastante de acordo com o estado conjugal, sendo entre os solteiros o maior índice; e entre os sem menção do estado conjugal, as mulheres eram em maior número.

Tabela 5 – Escravos segundo sexo, estado conjugal e nacionalidade (1871-1888)

Variável	Homens	Mulheres	Total	%	Razão de sexo
Estado conjugal					
Solteiros	138	67	205	52,4%	205
Casados	44	30	74	18,9%	146
Viúvos	6	6	12	3,1%	100
S/informação	46	54	100	25,6%	85
Total	234	157	391	100,0%	149
Nacionalidade					
Africanos	35	7	42	10,7%	500

Fonte: Inventários *post-mortem* (1871-1888).

Nota: incluímos todas as crianças de até 15 anos entre os solteiros.

Em comparação com os dados de caráter censitário da década de 1830 e do censo de 1872, notamos para os inventários que os homens escravizados mantiveram a maior representação, resultando em uma razão de sexo mais elevada. Por outro lado, o percentual de solteiros foi menor nos inventários, enquanto a razão de sexo para a categoria foi muito mais elevada que nos dados censitários. De forma oposta, o grupo sem informações apresenta um predomínio numérico de mulheres.

Observa-se, ainda, a maior representação percentual de escravos casados nos inventários que no censo de 1872, enquanto a razão de sexo na categoria é próxima. A elevada razão de sexo entre os casados nos inventários reforça a existência de vínculos matrimoniais fora do cativo, evento também observado no censo, o que pode indicar mais processos de libertação feminina relativamente à masculina.

Se atentarmos para a distribuição da escravaria por faixa etária, observamos que a maioria dos cativos (46,3%) se concentrava na faixa entre 15 e 40 anos, que consiste na idade mais produtiva, enquanto os escravizados de origem africana declarada se concentravam esmagadoramente na faixa acima de 40 anos (83,3%). No entanto, um olhar atento aos dados sugere a ação do tráfico ilegal para a região a partir da década de 1830. Encontramos dois escravizados africanos que foram importados ilegalmente e se encontravam na região. Numa clara evidência de desrespeito à lei antitráfico de 1831, os cativos africanos tiveram suas idades descritas no rol de bens que sinalizavam que seus nascimentos foram posteriores à lei: um foi listado com a idade 40 anos em 1875 e o segundo, com 42 anos em 1874.²⁴ Embora a ilegalidade fosse um questionamento jurídico e político crescente a partir da lei de 1871, a legislação reforçou os imperativos para o questionamento do cativo ilegal de africanos e seus descendentes (Chalhoub, 2012; Mamigomian, 2017). Nesse sentido, essas evidências de dois “lapsos” dos louvados e proprietários distintos aferram o compromisso de parte da população com continuidade da escravidão,²⁵ principalmente numa economia agrária no início da década de 1870.

Atentando-se para a força e a dinâmica do escravismo na localidade, na Tabela 6 apresentamos os dados a respeito da distribuição dos cativos segundo faixa etária. Para uma análise comparativa, dividimos a escravaria por sexo e em três grupos de idades: crianças (0 a 15 anos), adultos (16 a 50 anos) e idosos (acima de 51 anos). Os escravos adultos representaram a maior parte do contingente cativo nos inventários de Aiuruoca entre 1871 e 1888. Eles compuseram 57,4% dos escravizados. As crianças foram o segundo maior segmento, contribuindo para a reprodução do sistema escravista localmente implantado. Já os idosos representavam a fração de 18,1%. Apesar de os inventários analisados abrangerem um número bem menor de cativos que os dados do censo de 1872, observamos algumas desseleções. Há uma elevação percentual significativa de quatro pontos dos idosos em relação ao censo e uma redução de cinco pontos percentuais entre os adultos. Embora possamos observar o envelhecimento da escravaria de Aiuruoca nos inventários, a estimativa da taxa de fecundidade para o período foi bastante eleva-

²⁴ Há ainda dois africanos, um nascido em 1825 e 1827, que ou entraram crianças muito pequenas durante a vigência do tráfico legal, ou foram importados após 1831.

²⁵ Sobre a força do escravismo no Brasil, Sidney Chalhoub (2012) apresentou uma interessante discussão acerca do costume e da ilegalidade do cativo, o conluio entre autoridades e população em meados do século XIX.

da; a razão de crianças (0 a 10 anos) por mulheres (16 a 50 anos) foi de 1.325. Apesar das diferenças entre as fontes e o número de escravizados analisados, esse último resultado mostrou-se muito superior ao obtido nos censos de 1872 e mesmo dos da década de 1830.

Tabela 6 – Escravos segundo sexo e idade (1871-1888)*

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	%
0 a 15	48	43	91	24,5%
16 a 50	130	83	213	57,4%
> de 51	45	22	67	18,1%
Total	223	148	371	100%

* Foram excluídos da amostra 20 escravos (5,1% dos escravos) que não tiveram suas idades mencionadas; eles se dividiam em 11 homens e 9 mulheres.

Fonte: Inventários *post-mortem* (1871-1888).

De todos os inventariados, 83,3% eram proprietários de escravos. Nesse universo, a média de escravos por proprietários era de 11. Não encontramos entre os inventariados nenhuma posse acima de 100 cativos e apenas um inventário apresentou plantel de escravos acima de cinquenta, concentrando 16,9% do contingente cativo inventariado. O segundo maior escravista possuía 32 escravos. Consequentemente, a maior parte dos escravos estava distribuída em posses abaixo de 30 cativos. Na Tabela 7, o perfil das estruturas de posses revela que 31,4% dos proprietários tinham plantéis entre 11 e 20 cativos, concentrando pouco mais de 41,0% dos escravos. As posses unitárias representaram 17,1% dos proprietários e concentravam 1,5% dos cativos inventariados. Já as pequenas posses (2 a 5 cativos) concentravam 10,7% dos escravos e 22,9% dos proprietários.

Tabela 7 – Estrutura da posse de cativos (décadas de 1871 e 1880)

FTP*	Proprietários		Escravos	
	Número	%	Número	%
1	6	17,1%	6	1,5%
2 a 5	8	22,9%	30	7,8%
6 a 10	6	17,1%	42	10,7%
11 a 20	11	31,4%	161	41,1%
21 a 40	3	8,6%	86	22%
41 ou mais	1	2,9%	66	16,9%
Total	35	100%	391	100%

*FTP: Faixa de tamanho dos plantéis.

Fonte: Inventários *post-mortem* (1871-1888).

Ao compararmos a evolução das estruturas de posses entre a década de 1830 e as décadas de 1871 e 1880 notamos algumas variações que acreditamos ser decorrentes da diferença entre as fontes utilizadas, já que nos inventários prevalecem os proprietários de maiores posses relativamente aos censos.²⁶ Assim, por exemplo, observamos a elevação da média de escravos por proprietários entre os dois momentos, para a década de 1830 a média foi sete cativos por proprietário, enquanto nas décadas de 1870 e 1880 a média foi 11.

Em uma comparação com os dados apresentados por Laird Bergad (2004), podemos perceber melhor o perfil das posses de Aiuruoca no conjunto da escravidão mineira nas últimas décadas do escravismo brasileiro. Para cinco localidades estudadas, entre os anos de 1870 e 1880, Bergad verificou uma média de 9,6 escravos por proprietários, um pouco menor que de Aiuruoca. Tal resultado decorre do dinamismo agrário maior nesta última localidade relativamente às estudadas por Bergad. Já para São João del Rei, os homens ricos da municipalidade, que contabilizaram 103 inventários, detinham a média de escravos por fazendas de 36 cativos, no período de 1831 a 1888, de acordo com os dados de Afonso Graça Filho (2002). Com relação ao perfil das posses, Bergad notabilizou que os escravistas com 1 a 5 escravos eram mais da metade do total (51,8%), mas detinham apenas 14,1% dos escravos. De outro lado, os senhores com 21 ou mais escravos representavam 11,1% dos escravistas, mas possuíam 44,1% (Bergad, 2004). Em nossa amostra, os proprietários de 1 a 5 cativos representavam 40% do total e eram senhores de 9,2% dos escravos, enquanto os escravistas acima de 21 cativos eram 11,4% e detinham 38,9% dos escravos.

Inserida nessa configuração de posses, localizamos 44 famílias escravas nucleares, somando 146 pessoas, incluindo escravos que foram libertos (3) e crianças ingênuas (42). No total, 101 pessoas juridicamente reconhecidas como escravos. No universo das 44 famílias nucleares, observamos que dezenove casais não tiveram menção de filhos, nem mesmo ingênuos. E ainda, localizamos dois casais em que o marido foi liberto e um casal em que a esposa foi libertada por ser doente. Essas 44 famílias eram propriedades de 18 senhores. Ainda conseguimos reconstituir oito famílias monoparentais de mãe e filhos escravos. Eles somaram 30 pessoas, incluindo sete ingênuos, e eram propriedades de seis senhores. Assim, apesar de um conjunto não muito

²⁶ Assim como os testamentos, o processo de inventário privilegiava uma elite afortunada, isto é, um grupo de pessoas que, quando vivas, possuíam bens. Portanto, pequenos proprietários realizavam proporcionalmente menos inventários do que os mais afortunados (Mattoso, 2004).

grande de inventários, conseguimos estabelecer as relações familiares de cativos para parcela relevante do nosso universo escravizado, como veremos na seção seguinte ao cruzarmos as informações com as listas de classificação para a liberdade.

5. Escravizados na classificação para a libertação e nos inventários

O livro de classificação reportou 267 cativos, representando apenas 6,5% do total matriculado. Essa diminuta população escrava não permite considerações muito amplas, porém o universo retratado na classificação pode complementar as informações dos inventários. Os escravizados da classificação não corresponderam, em sua grande maioria, aos inventariados, uma vez que apenas 25 cativos estavam nos dois arrolamentos. Assim, cada uma apresenta uma parcela distinta da população escrava. Nas listas de classificação havia uma concentração nas idades mais ativas de 15 a 49 anos, perfazendo quatro quintos do total, e ocorreu uma elevada prevalência de casais (82,3%). Como quase todos os classificados eram casados, a razão de sexo tendeu ao equilíbrio (101). De outro lado, a grande maioria deles trabalhava na lavoura (62,5%), mas ainda havia cozinheiras (11,9%), costureiras (9,7%) e o conjunto de trabalhadores de tecidos (fiandeiras, bordadeira, engomadeiras, lavadeiras, alfaiate e tecedeira) (10,8%). Para a amostra dos classificados não faz sentido a reconstituição da posse cativa. Assim, concentramos a discussão das informações familiares dos escravos, cruzando com as informações dos inventários.

Na perspectiva mais qualitativa, a lista de classificação permite observar trajetórias de alguns cativos e seus familiares na transição para a liberdade. Dos 267 cativos habilitados na década de 1870, encontramos oitenta e oito famílias nucleares em que o casal estava em cativo e quinze famílias em que um dos cônjuges estava em liberdade. Desses quinze, existem nove casos de casais, sem menção de filhos. Ainda dessas quinze famílias, analisamos a trajetória de três delas.

A família de Maria, 45 anos, escrava de Antônio José Ferreira, e Miguel, cônjuge livre, é uma das que analisamos. A classificação de 1877 e 1878 do município de Aiuruoca não permite levantar informações a respeito de Miguel para além de sua condição jurídica, porém revela a complexa realidade da família, que tinha alguns membros livres, enquanto outros eram escravizados. Maria e Miguel tiveram, ao menos, cinco filhos. Destes, dois foram

listados como livres, provavelmente ingênuos. Enquanto os outros três escravos, Manoel (19 anos), Generosa (17 anos) e Tereza (10 anos), moravam com Maria na propriedade de seu senhor no final da década de 1870.

Em situação semelhante podemos mencionar a família do escravo Domingos, que na classificação de 1875 era casado com Maria, já livre. Nesse caso, os filhos do casal, Procópio (12 anos), Tomásia (8 anos), Manoel (6 anos) e Ifigênia (2 anos), permaneciam escravizados, indicando que a libertação de Maria deve ter ocorrido poucos anos antes de 1875. Na classificação cinco anos mais tarde, os filhos do casal ainda eram cativos. Procópio foi listada como costureira e pertencia à propriedade de dona Perciliana, enquanto os outros irmãos, Tomásia, costureira, Manoel, campeiro, e Ifigênia, permaneciam nas propriedades de Joaquim Fernandes do Nascimento.

O caso de Pulceria foi o mais emblemático desse perfil de família mista por revelar as possibilidades abertas naquela sociedade ao cônjuge liberto. A escrava Pulceria, de 43 anos, tinha dois filhos. Ela servia para o trabalho na roça do senhor Francisco T. Lopes Siqueira e encontrava-se separada de seu marido. O seu esposo Manoel havia migrado para a província de São Paulo, deixando esposa e filhos em cativeiro no município mineiro, e não há informações na classificação de depósitos em favor da liberdade da esposa.

Identificamos outros casos de separação das famílias escravas nas listas de classificação. Conseguimos reconstituir oito famílias em que os cônjuges eram propriedades de senhores diferentes. Desses últimos, selecionamos dois casos que reuniram o maior conjunto de informações. O primeiro caso refere-se ao casal Micaela e Tomás, que vivia afastado por pertencer a diferentes senhores. Na classificação do exercício de 1875-1876, Micaela apresentava 23 anos e quatro filhos, sendo dois escravos menores e dois ingênuos. Os dados de que dispomos não permitem determinar os meandros que separaram o casal para além do pertencimento a diferentes senhores. Sabe-se, no entanto, que o número de matrícula dos cativos é distante entre si, o que pode sinalizar que à época do registro o casal já pertencesse a senhores distintos. Infelizmente também não conseguimos determinar o grau de proximidade entre os proprietários do casal.

O segundo casal, Felisberto e Silveria, também se encontrava separado por ser de propriedade de diferentes senhores. Na lista de classificação do ano de 1877-1878, Silveria e os filhos, Fidelio e Modesto, eram propriedades de João Quirino de Andrade, enquanto Felisberto pertencia a diversos senhores. Nessa época, Felisberto tinha 51 anos e era tropeiro. A separação se prolongou

até o exercício do ano de 1880, quando Felisberto foi novamente habilitado na classificação, ainda pertencendo a diversos senhores, porém com o acúmulo de pecúlio de 100 mil réis, depositado em favor da sua libertação.

Sabemos um pouco mais sobre a separação do terceiro casal considerado: Sabina e Pedro. Por meio das informações constantes nos inventários sobre os herdeiros, conseguimos reconstituir os laços familiares envolvendo proprietários citados nas listas de classificação e o destino dos cativos diante da morte de um senhor e posterior partilha dos bens. Esse foi o caso da escrava Sabina, que, no exercício de 1875–1876 da classificação, apresentava 37 anos, ocupando-se como costureira de dona Alexandrina Adelaide. Esta última era filha de Domingos Vilela dos Reis, para o qual possuímos o inventário. Nesse exercício, Sabina mantinha-se casada com Pedro, roceiro, de quem estava “apartada” por este pertencer aos filhos de dona Alexandrina por herança paterna.²⁷ A partir do inventário do pai de dona Alexandrina, Domingos Vilela dos Reis (1874), sabemos que ela contraiu segundas núpcias passando a residir em Barra Mansa, na província do Rio de Janeiro. Na lista da classificação, de 1877–1878, Pedro reapareceu, agora como de propriedade de um único órfão, e a indicação da separação do casal permanecia. Além disso, Sabina tinha uma filha com Pedro, Carlota, escrava, de 10 anos, cozinheira.

Os casos relatados fornecem nomes e vida a alguns casais cativos habilitados nas listas de classificação para a liberdade na década de 1870, cuja sorte se condicionava por diversas variantes e circunstâncias. As trajetórias analisadas pontuam a ação limitada do Estado no desmonte do escravismo e até mesmo nas relações entre senhores e escravizados, especialmente os destinos das famílias cativas. Apesar da lei de 1871, que previa entre seus dispositivos a não separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos, nas listas de classificação observamos vários casos em que casais cativos e seus filhos estavam separados por pertencerem a outros senhores.

As listas de classificação também trouxeram informações sobre empenhos dos cativos na conquista da liberdade. Um dos casos foi o registro na lista de classificação do ano de exercício de 1880 dos irmãos Paulina (17 anos) e Antônio (11 anos), cativos de dona Clara de Faria. Os registros foram realizados mediante determinação do Juiz de Órfãos após reclamação de Miguel, pai dos cativos. Outros casos de empenho dos escravizados foram os depósitos em favor da liberdade, ou seja, os registros de pecúlio. Em nossa amostragem

²⁷ Pedro pertencia, em 1875–1876, aos órfãos Francisco e Cornélio, filhos do finado Francisco Correa Nunes com dona Alexandrina Adelaide.

localizamos sete escravos que tinham valores depositados a favor de suas liberdades. Os valores variavam entre 50 mil réis e um conto. Os casos mais emblemáticos foram das cativas Balbina e Elvira. Balbina foi classificada no exercício de 1874-1875, quando tinha 50 anos e era cozinheira, em poder do alferes Antônio Alves dos Reis. Balbina foi avaliada em 400 mil réis, detendo uma parte livre e 50 mil réis depositados para sua alforria. No exercício de 1876-1877, listou-se a cativa Elvira (19 anos), trabalhando como tecedeira e de propriedade do tenente coronel João Bráulio Fortes Junqueira. A junta de classificação avaliou a cativa pela exorbitante quantia de quatro contos de réis, e ela possuía um legado no valor de um conto de réis em favor da sua liberdade. Infelizmente, pelas fontes de que dispomos, não conseguimos acompanhar o desfecho dessas trajetórias, mas os casos expostos corroboram a atuação dos escravizados na superação do cativo.

A sorte de alguns cativos também pôde ser recuperada a partir do cruzamento das informações da classificação e dos inventários. Ao confrontarmos os proprietários que aparecem nas listas de classificação para a libertação e os inventários que possuímos para o período entre 1871 e 1888, identificamos em comum nove proprietários e o total de 25 cativos.²⁸ Desses últimos, o escravo Luiz, de propriedade do José Bento de Paiva, apareceu casado com mulher livre na lista de classificação do exercício 1874-1875. Ele estava com 46 anos, empregava-se no serviço de roça e detinha boa aptidão para o trabalho. No inventário de José Bento de Paiva, aberto em 1875, o cativo foi arrolado nos bens. Na época, ele estava com 49 anos, era natural de Aiuruoca e filho de Antônio e Maria. Luiz foi avaliado em 900 mil réis. Sem mais informações acerca do estado de saúde, consta no processo de inventário que Luiz veio a óbito antes da partilha dos bens. Já o escravo Veríssimo, também de propriedade de José Bento de Paiva, registrou-se na lista do ano 1874-1875, com 16 anos. No inventário de José, Veríssimo foi matriculado em janeiro de 1872, com a idade de 14 anos, descrito como pardo, roceiro e de boa aptidão. Anos mais tarde, em 1883, Veríssimo reapareceu no inventário de Joaquim José de Paiva, herdeiro de José Bento de Paiva, como propriedade escrava. Assim, a condição de escravizado de Veríssimo mantinha-se até 1883.

O escravo Cosme foi descrito entre os bens do inventário de Domingos Vilela Reis, em 1874, ao lado de sua esposa cativa, Felisberta. Na época

²⁸ Houve dois cativos classificados desses nove escravistas que não foram localizados no rol de bens inventariados, talvez por venda, morte ou alforria. Em alguns casos, foi possível a identificação de alguns herdeiros proprietários na lista de classificação, porém os escravos listados por eles não foram legados nos inventários a que tivemos acesso.

da matrícula, em agosto de 1872, Cosme de 40 anos era casado, brasileiro, roceiro e apto para o trabalho. No rol de bens, em 1874, já com 42 anos, foi avaliado em 1.500 mil réis. Já a esposa, a cativa Felisberta, também de 40 anos, no ato da matrícula, servia na roça e estava apta ao serviço. No entanto, ela foi avaliada em 100 mil réis, devido ao estado de saúde, descrita como “doentia” e obteve a liberdade. A habilitação para a lista classificação para a liberdade de Cosme ocorreu anos depois, 1877-1878, já com 49 anos, quando servia aos herdeiros do finado Domingos Vilela dos Reis. Nas observações do registro de Cosme, justificou-se a demora da habilitação para a classificação nos exercícios anteriores por falta de informações, e ainda foi apontado que Cosme tinha 200 mil réis no cofre a favor de sua liberdade. Naquele ano, a esposa Felisberta já era livre.

O casal Amaro e Fortunata de João Ciríaco Meirelles foi habilitado na classificação para a liberdade no exercício de 1874-1875. Na época, Amaro estava com 47 anos, já casado com Fortunata, de 27 anos, e ambos tinham boas aptidões para o serviço, sendo ele roceiro e ela cozinheira. Nessa época, de acordo com a classificação, o casal tinha um filho ingênuo. Anos mais tarde, em 1884, o casal ainda se encontrava escravizado. No rol de bens do inventário de João Ciríaco Meirelles, Amaro estava com 56 anos e Fortunata com 36 anos. A família do casal cresceu em cativo, sendo arrolados entre os bens do senhor os quatro filhos ingênuos: Simiana (10 anos), Mateus (6 anos), Eduarda (4 anos) e Adriana (1 ano).

Estevão e Maria formaram outro casal para quem conseguimos cruzar as informações das listas de classificação e os inventários. O casal estava na classificação do exercício do ano de 1874-1875. Na classificação, eles aparecem como casados. Estevão estava com 52 anos e era roceiro, enquanto Maria estava com 38 anos e era empregada como cozinheira, e ambos tinham boa aptidão para o trabalho. Ainda na classificação, foi mencionado que o casal possuía cinco filhos escravos e um filho ingênuo. Dois anos mais tarde, em 1876, Estevão e Maria foram arrolados junto com os filhos no inventário de Antônio José de Andrade. De acordo com a descrição, Maria e Estevão eram pais dos escravos crioulos Paulino (13 anos), lavrador, Clotildes (10 anos), fiandeira, Agostinho (9 anos), Prudenciana (7 anos), Pedro (5 anos) e os ingênuos Januário e Maria. No prazo de dois anos, a família do casal cresceu com o nascimento de mais um ingênuo.

O escravista major Cândido José de Jesus teve habilitado os escravos Camilo, Delfina e Eva, para o exercício da classificação de 1874-1875. Na

classificação, Camilo e Delfina formavam um casal. Camilo estava com 47 anos e Delfina com 42 anos, e a família era formada por dois filhos menores escravos e um ingênuo. No inventário do major Cândido José de Jesus, aberto em 1878, o casal ainda estava em cativo. Ao que tudo indica, a família cresceu com o nascimento de ingênuos, enquanto uma filha cativa do casal, embora mencionada no traslado das matrículas apensado ao processo de inventário, não estava arrolada. A saga de Delfina pode ser acompanhada pelo inventário anexo ao do major Cândido José de Jesus. Dona Cândida Clara de Andrade era herdeira e usufrutuária da terça do major, e tendo falecido em 1886, os bens que herdou foram anexados ao processo do major. A partir da declaração de bens dada pelo inventariante de dona Cândida, sabemos que Delfina teria sido libertada pelo fundo de emancipação pelo valor de 400 mil réis. Além de Delfina, outros escravos do major, passados por herança, também alcançaram a liberdade.²⁹ Quanto a cativa Eva, na classificação do ano de 1875, estava com 38 anos, era cozinheira e tinha dois ingênuos. No inventário do major, a cativa Eva foi arrolada entre os bens e havia dado à luz mais um ingênuo.

Treze escravizados do comendador Manoel Ananias de Assis Junqueira foram habilitados para o exercício da lista de classificação do ano de 1875. No ano seguinte, todos eles estavam arrolados no inventário do comendador. Deles, somente a cativa Luciana, com 35 anos, costureira, viúva e mãe um ingênuo foi agraciada com a liberdade. Luciana foi libertada condicionalmente em testamento.

A trajetória dos escravizados do vigário Severino Vilela é interessante. O vigário havia libertado condicionalmente em testamento todos os seus cativos na condição de ou cumprirem um tempo de serviço determinado aos herdeiros instituídos ou apresentarem a quantia do valor do serviço que deviam. Acompanhando o casal Estevão e Josefa, habilitados na classificação do ano de exercício de 1874-1875, observamos que eles trilharam destinos diferentes. De acordo com as informações apresentadas no rol dos bens, o casal teve o arbitramento do serviço a ser prestado a distintos senhores. Assim, quando iniciou o processo de inventário do vigário Severino Vilela (1883), Estevão foi arbitrado à herdeira instituída dona Blandina Graciana Vilela, enquanto Josefa foi legada a João Cipriano de Souza Meireles. Tal situação implicou valores e tempos de serviço diferentes para os cativos, resultando

²⁹ Não localizamos os escravos citados na declaração entre os habilitados para a classificação para a liberdade na década de 1870.

em caminhos díspares para a libertação. Estevão, com a idade de 37 anos, foi arbitrado pelo serviço de dois anos em 100 mil réis, e Josefa, com 34 anos (e dois ingênuos), deveria prestar serviço por cinco anos ou a quantia de 250 mil réis. No que conseguimos apurar, Estevão apresentou a quantia e foi libertado, enquanto Josefa permaneceu em cativo.

Essas trajetórias nos revelam as tentativas dos cativos na superação da condição de escravizados e, na maior parte dos casos, a permanência deles na mesma situação de cativo e a liberdade como um feito senhorial. A ação do Estado por meio do Fundo de Emancipação sobre as relações entre senhores e escravos mostrou-se pouco decisiva para o destino desses vinte e cinco cativos, correspondendo ao caráter gradual da transição do cativo para a liberdade. Somente Delfina, Luciana e Estevão conseguiram alcançar a liberdade, que, no entanto, era mitigada, uma vez que Luciana foi libertada condicionalmente e Delfina e Estevão tiveram que conviver com familiares escravizados por certo tempo. Enfim, essas trajetórias reforçam as críticas historiográficas à ação limitada do fundo de emancipação (Costa, 2012; Graf, 1974, Pena, 1999), como também refletem o caráter do processo abolicionista que visava a mínima alteração das estruturas sociais, políticas e econômicas do país.

6. Considerações finais

Os estudos que abordaram a escravidão do sul de Minas Gerais nas últimas décadas do oitocentos concentraram-se nas áreas cafeeiras ou antigas regiões mineradoras, discutindo pouco a economia escravista do mercado interno. O nosso artigo contribui para a historiografia ao destacar que Aiuruoca consistia numa parte relevante da economia e da escravidão do sul de Minas Gerais. Apesar de todo avanço da cafeicultura no Sudeste do país e até mesmo a entrada dos cafeeiros nessa região, a escravidão mantinha-se como força propulsora das atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno. O município de Aiuruoca ainda se destacava com sua propriedade escrava ocupada em atividades produtivas de criação de animais e cultivo de alimentos. O perfil dos escravizados revelou o dinamismo dessa economia. A propriedade cativa apontou posses expressivas, representando uma elevada parcela da riqueza dos inventários. O cruzamento de diferentes fontes documentais permitiu a reconstituição da trajetória dos escravizados, demonstrando a força da escravidão até os seus momentos derradeiros e possibilitando a poucos cativos a libertação. Num momento de transformação da

escravidão e da economia no Sudeste do país, a escravidão em Aiuruoca e no sul de Minas ainda se mantinha articulada à rede de abastecimento do Rio de Janeiro.

Assim, destacamos que Aiuruoca reunia um contingente cativo bastante expressivo nos anos finais da escravidão, mantendo uma economia direcionada para o mercado interno e articulada numa rede de abastecimento, principalmente para o Rio de Janeiro. O perfil dos escravos nas listas da década de 1830 revelou uma maior participação numérica masculina e africana do que no censo da década de 1870, bem como maior participação percentual na população total no primeiro levantamento demográfico. Nos inventários das décadas de 1870 e 1880, conseguimos levantar uma população cativa referente às posses de 35 escravistas. Todos os proprietários de escravos eram agricultores, mas alguns consorciavam com outras atividades. Apesar de serem fontes de natureza distintas, a média de cativos por proprietário mostrou-se superior nos inventários em comparação ao censo da década de 1830. Para Aiuruoca a predominância de proprietários com pequenas posses revela a força do escravismo na região e sua base de sustentação política e social.

O perfil dos escravizados nos inventários mostrou uma razão de sexo superior ao do censo, prevalecendo os solteiros e em idade produtiva. A elevada razão de sexo entre os casais no censo de 1872 e nos inventários decorreu também da maior incidência de alforria entre as mulheres. A capacidade de reprodução da população escravizada revelou-se bastante significativa nos últimos anos do escravismo, assegurando a continuidade do cativo. Apesar da incidência da mortalidade e da migração de proprietários e escravos, verificamos elevados contingente escravizados até os derradeiros anos da escravidão.

O cruzamento das informações dos cativos nos inventários e nas listas de classificação permitiu-nos reconstruir algumas trajetórias familiares dos escravizados nas últimas décadas da escravidão, envolvendo não apenas cativos, mas libertos e ingênuos. No caso das famílias divididas pelo cativo, seja cônjuges de diferentes senhores ou casados com libertos, as relações familiares poderiam ultrapassar as propriedades dos senhores. O acompanhamento das trajetórias dessas famílias permitiu-nos observar que uma pequena parte dos cativos alcançou o pecúlio e ainda uma fração menor a liberdade.

Referências

ANDRADE, M. F. de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro:*

Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BARBOSA, L. S.; GODOY, M. M. Transporte, região e desenvolvimento econômico: a dinâmica da expansão da infraestrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889. *Vária História*. Belo Horizonte, n. 53, p. 461-486, 2014.

BERGAD, L. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL (CEDEPLAR). Listas nominativas de habitantes da década de 1830, Aiuruoca. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>>.

CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, E.V. da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

GERBER, H. *Carta da província de Minas Gerais, com indicação das atuais estradas e das despesas com elas feitas durante o decênio de 1855 e 1865*. Imperial Instituto Artístico, 1867.

GRAÇA FILHO, A. de A. *A princesa do Oeste e o mito da decadência mineira: São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAF, M. E. de C. *População escrava da província do Paraná: a partir das listas de classificação para emancipação (1873 e 1886)*. Curitiba: UFPR, 1974 (Dissertação de Mestrado em História da UFPR).

GUIMARÃES, E. S. Tensões remanescentes das senzalas: análise das tutorias de menores afrodescendentes (Juiz de Fora – MG, Final do século XIX e início do XX). *Anais do BDJur*, 2005.

HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J. J. von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biblioteca do IBGE. Censo Imperial de 1872.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO (IPHAN). Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN. Inventários *post-mortem* de Aiuruoca. São João del Rei.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LUNA, F.V.; KLEIN, H. S. Slave economy and society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830. *Journal of Latin American Studies*, n. 1, p. 1- 28, 2004.

LUNA, F.V.; KLEIN, H. S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LAEMMERT, E. V. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e província do Rio de Janeiro, para o ano de 1875*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1875.

MACHADO, M. H. P.T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 42, p. 157-193, 2010.

MAMIGONIAN, B. G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARTINS, A. de A. *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais, para o ano de 1870*. 3º ano. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

MARTINS, M. L.; SOUZA, A. S. de. *Notas sobre as propriedades rurais de Alfenas, MG: décadas de 1860 e 1880*. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L. (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: EDUSC, p. 149-174, 2012.

MARTINS, R. B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOSO, K. M. de Q. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MOREIRA, N. J. *O Auxiliador da Industria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002.

PENA, E. S. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1990.

PINTO, P. C. T. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: movimentações familiares e trocas mercantis (1790-1880)*. São Paulo: Alameda, 2018.

RESTITUTTI, C. C. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Araraquara: UNESP, 2006 (Dissertação de Mestrado em Economia da UNESP).

RODARTE, M. M. S. *et al.* Aspectos demográficos de Minas Gerais em 1838 à luz dos registros paroquiais – uma análise inicial. In: *XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2016, Foz do Iguaçu.

RODARTE, M. M. S.; SANTOS JR., J. M. dos. A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. In: *XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2008, Caxambu.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Belo Horizonte/Brasília: Fundação João Pinheiro/IPEA, 2014.

SILVA, D. de C. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del Rei, Minas Gerais (1871-1897)*. Niterói: UFF, 2011 (Dissertação de Mestrado em História UFF).

SILVA, J. J. da. *Tratado de geografia descritiva especial da província de Minas Gerais*. Juiz de Fora: G. C. Dupin Typ. Do Pharol, 1878.

SLENES, R. W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Unicamp, 1985.

TEIXEIRA, M. L. R. C. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (TJMG). Livro de classificação dos escravos de Aiuruoca.

VEIGA, B. S. da V. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.